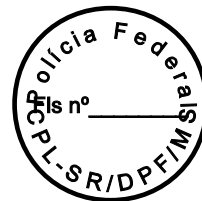




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



MINUTA

ANEXO IV

---SIAPRO---
SR/DPF/MS
08335.0xxxxxx/2008-xx

Contrato nº 0XX/2011-CPL

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM À
UNIÃO FEDERAL REPRESENTADA PELA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM
MATO GROSSO DO SUL E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXX.**

A **UNIÃO**, através do **DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, órgão do **Ministério da Justiça**, inscrito no CNPJ/MF sob o número 00.394.494/0084-63, instalada na Rua Fernando Luiz Fernandes 322 – Vila sobrinho - Campo Grande/MS, neste ato representada pelo Senhor Superintendente Regional o Senhor **JOSÉ RITA MARTINS LARA** de acordo com suas atribuições legais, ínsitas no art. 38, inciso III, Portaria nº 1300/2003-MJ, de 04.09.2003 e a empresa, doravante designada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. _____, Cargo, R.G. nº _____-SSP/MS C.P.F nº _____ residente à _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, RESOLVEM celebrar o presente **CONTRATO**, sujeitando-se às normas da lei 8.666/93, atualizada pelas Leis nº 8.883/94 e 9.032/95 e disposições regulamentares contidas no PREGÃO ELETRÔNICO nº **04/2011-Processo 08335.000504/2011-11** e cláusulas e condições a seguir enumeradas:

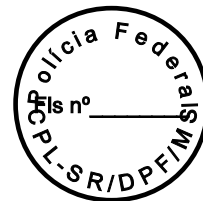
CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto - O presente CONTRATO tem por objeto a **PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO, MECÂNICA E ESTÉTICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DA VIATURA Toyota Hilux – placa HTS-9804**, pertencente à frota da SR/DPF/MS, conforme descrito e especificado no edital do Pregão nº 04/2011 e seus Anexos, e nas condições prescritas em lei.

CLÁUSULA SEGUNDA - Dos Direitos da Contratante - A Lei confere à Administração a prerrogativa de:

- a. Modificar unilateralmente o presente Contrato para melhor adequá-lo as finalidades de interesse público, respeitando os direitos da Contratada;
- b. Rescindir unilateralmente o presente Contrato, nos casos do Inciso I do Artigo 79 da Lei nº 8666/93;
- c. Fiscalizar a sua execução;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- d. Aplicar as sanções previstas para inexecução total ou parcial do presente Contrato;
- e. Reter créditos da contratada para fazer face a prejuízos causados à contratante, até o limite desses prejuízos.

CLÁUSULA TERCEIRA - Dos Direitos da Contratada - São Direitos da Contratada:

- a. Manifestar sua concordância ou não com as alterações contratuais envolvendo cláusulas econômico-financeiras e monetárias;
- b. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos casos de modificações contratuais realizadas unilateralmente pela Contratante, para a adequação às finalidades de interesse público;
- c. O ressarcimento de prejuízos regularmente comprovados, decorrentes de rescisão contratual baseada nas hipóteses do Art. 78, incisos XII a XVII da Lei 8666/93, desde que não haja culpa da contratada, conforme disposto no Art. 79, parágrafo 2º da referida lei. Caberá ainda à Contratada o direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

CLÁUSULA QUARTA - Das Obrigações da Contratante - São Obrigações da Contratante:

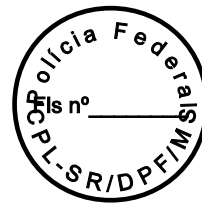
- a. Exercer a fiscalização do serviço executado por meio de servidor designado pela SR/DPF/MS, que deverá anotar em livro próprio todas as ocorrências com o fornecimento de peças ou serviços realizados, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou falhas observadas;
- b. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- c. Notificar a contratada, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do serviço, fixando prazo para a sua correção.
- d. Rejeitar no todo ou em parte os serviços ou materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- f. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- g. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo.
- h. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações da Contratada - São Obrigações da Contratada:

Parágrafo Primeiro - O SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO, MECÂNICA E ESTÉTICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, DA VIATURA Toyota Hilux – placa HTS-9804, pertencente à frota da SR/DPF/MS, deverá ser realizado nas instalações da licitante vencedora, a qual obriga-se a devolvê-lo em perfeitas condições de funcionamento, e a realizar todo o serviço com pessoal



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



qualificado, mediante emprego de técnica e ferramental adequados, observando-se as seguintes condições:

- a. Executar fielmente e dentro das melhores normas técnicas o serviço, de acordo com as especificações de fábrica e eventuais complementações da CONTRATANTE, conforme documentos integrantes do Contrato, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços;
- b. Realizar conforme a orientação do fabricante o serviço de inspeção de qualidade das peças a serem fornecidas e nos serviços a serem executados.
- c. Fornecer sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, todos os aparelhos, instalações básicas, materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, etc, necessários para a completa realização do serviço.
- d. Apresentar junto com o orçamento a tabela de tempo padrão de reparo e de preços do fabricante do veículo, que poderá ser emitida por sistema de consultas similares ao audatex, óron, etc., para conferência e aplicação dos valores acordados no respectivo processo licitatório.
- e. Colocar dentro das caixas das peças novas, acondicionadas em embalagens com identificação da Ordem de Serviço respectiva, todas as peças trocadas.
- f. Executar o serviço no prazo máximo de 20 dias, entregando o veículo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua execução, **lavado e limpo, externa e internamente**.

Parágrafo Segundo - Quanto à responsabilidade e garantia dos serviços realizados.

- a. A contratada deverá garantir por um período mínimo de 06 (seis) meses ou 15.000 (quinze mil) quilômetros os serviços e peças utilizadas, contados a partir da emissão da Nota Fiscal;
- b. Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo, sem qualquer ônus para a SR/DPF/MS;
- c. A contratada ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o veículo tiver que ser reparado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período inferior ao da garantia.
- d. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, as peças substituídas ou serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão-de-obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.
- e. A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, à União ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviço prestado ou peças fornecidas com vícios ou defeitos, durante o prazo de validade da garantia, mesmo após do vencimento do Contrato.

f. A CONTRATADA é responsável integralmente pelo veículo recebido da CONTRATANTE, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em casos de furto, roubo, incêndios ou acidentes, independente de culpa, não transferindo tal responsabilidade a possível empresa SUBCONTRATADA ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do bem.

g. A CONTRATADA responderá por danos ou desaparecimento de bens materiais e avarias, inclusive os equipamentos acessórios, causadas por seus empregados, preposto ou subcontratada, não se eximindo ou transferindo a sua responsabilidade a possível empresa SUBCONTRATADA ou terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70, da Lei nº 8.666/93.

h. O veículo da SR/DPF/MS deverá ser mantido em local coberto, limpo e fechado, sem acesso do público externo, de modo que ofereça segurança, inclusive da empresa CONTRATADA, visto tratar-se de veículo policial, deixando-o livre da ação da chuva, vento, poeira, granizo e demais intempéries.

Parágrafo Terceiro – Quanto a fiscalização do contrato:

a. O serviço contratado será fiscalizado pela SR/DPF/MS, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade do serviço executado, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93, atestará a fatura apresentada pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

b. Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, tais como códigos de peças, tabela de preços das montadoras, códigos e rotinas de operação, planos de manutenção recomendados pela fábrica, tabelas de tempo de serviço e reparos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

c. Serão empregados na execução dos serviços, pessoal devidamente qualificado, comprovado por certificados de entidades reconhecidas pelo SENAI, MONTADORAS DE VEÍCULOS, ETC.

d. Será designado um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com a CONTRATADA.

e. Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

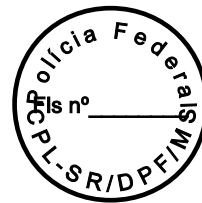
f. Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

g. O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao chefe do SELOG/SR/DPF/MS que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a SR/DPF/MS e a empresa CONTRATADA.

Parágrafo Quarto – Quanto às peças utilizadas:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



- a. Deverão ser usadas somente peças, inclusive pneumáticos, materiais e acessórios originais, com ou sem selo das montadoras, novas e de primeiro uso, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados.
- b. Para os montantes das peças a serem trocadas, a empresa CONTRATADA deverá fornecer a relação de peças, indicando a marca, os valores e o preço sugerido pela fábrica na data da apresentação para apreciação do Fiscal do Contrato.
- c. Sempre que solicitado, a contratada deverá comprovar a origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados.
- d. Deverá ser disponibilizado local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas no veículo da SR/DPF/MS, fornecendo-se a relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor ou Comissão especialmente designado(s) pela autoridade competente da SR/DPF/MS.

Parágrafo Quinto – Quanto à terceirização de serviços.

- a. Em havendo sub-contratação a empresa deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, condição indispensável, documento relacionando o(s) nome(s) da(s) sub-contratada(s), CNPJ, endereço completo, nome do responsável e respectivas declarações de que prestará o serviço nos veículos do Departamento de Polícia Federal a mando e responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, sem qualquer tipo de vínculo com a União.
- b. O Fiscal do contrato terá livre acesso às empresas sub-contratadas responsáveis pela execução de serviços terceirizados pela CONTRATADA para acompanhamento, esclarecimentos e fiscalização dos serviços, instalações, ferramental e capacidade técnica, bem como, a compatibilidade com as exigências deste Edital.

Parágrafo Sexto – Quanto aos testes do veículo:

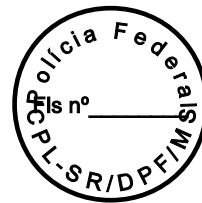
- a) - O teste veicular da viatura realizado em logradouro público feito pela empresa CONTRATADA, somente poderá ocorrer com autorização do Núcleo de Transporte.
- b) - Quaisquer deslocamentos realizados em logradouros públicos pela CONTRATADA com a viatura da SR/DPF/MS somente poderão ser efetuados após a devida autorização do chefe do Núcleo de transporte da SR/DPF/MS.

CLÁUSULA SEXTA - Do Pagamento - O pagamento do objeto de que trata o presente Contrato, já considerados todos os ônus e encargos, será efetuado através de ordem bancária, até 30 (trinta) dias, conforme disposição do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994, contados a partir da apresentação de Fatura ou Nota Fiscal, conforme previsto na Lei 4.320/64, devidamente atestada pelo fiscal do contrato e após consulta **ON - LINE** no **SICAF**, ou solicitação de comprovantes à contratada, da regularidade da situação fiscal da CONTRATADA.

- a. Da consulta ao **SICAF**, as declarações demonstrativas da situação fiscal da contratada serão impressas, assinadas por servidor do Serviço de Execução Financeira e juntadas aos autos do processo pertinente.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



b. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo Primeiro – A Contratante pagará à Contratada os seguintes valores, conforme proposta apresentada no Pregão nº 04/2011 SR/DPF/MS:

a. O valor de **R\$XXXXXXXXXXXX** referente a peças e o valor de **R\$XXXXXXXXXXXX** referente ao serviço, perfazendo o valor total de **R\$XXXXXXXXXXXX**

Parágrafo Segundo – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA no caso de irregularidade fiscal constatada no **SICAF** e enquanto houver pendência de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo Terceiro - Em cumprimento ao disposto no Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/96, a **SR/DPF/MS**, reterá na fonte, o Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar às empresas não Optantes pelo SIMPLES.

Parágrafo Quarto - Como critério de Encargos Moratórios dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, a SR/DPF/MS define como índice de atualização o Índice de Preço ao Consumidor Amplo-(IPCA), *pró-rata temporis*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

I = (TX/100) / 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Quinto - O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventuais atrasos de pagamentos e aos casos de descontos por eventuais antecipações de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - Prazo de Vigência - O presente contrato vigorará a partir da data de sua assinatura até 31/12/2011.

Devendo a Contratada executar os serviços no prazo máximo de 60 dias, contados a partir da assinatura do contrato.

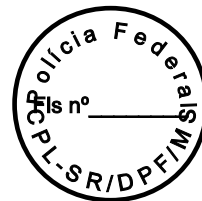
CLÁUSULA OITAVA - Das Rescisões - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua Rescisão com todas as consequências previstas neste instrumento e em leis ou regulamento, conforme os motivos elencados no Artigo 78 e Incisos aplicáveis da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - Das formas de Rescisão - A Rescisão do presente Contrato poderá ser:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante nos casos enumerados nos incisos I e XII do Artigo 78 da Lei nº 8.666/93;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



2. Com base nos incisos XII a XVII do art 78 da Lei 8.666/93, e, não havendo culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos que houver comprovadamente sofrido, tendo direito a:

- a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- b) pagamento do custo da desmobilização.

3. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a Contratante;

4. Judicialmente, nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo - Os atos rescisórios serão formalizados nos termos da Lei, preservando-se o reconhecimento dos direitos da Contratante nas rescisões administrativas previstas no Artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

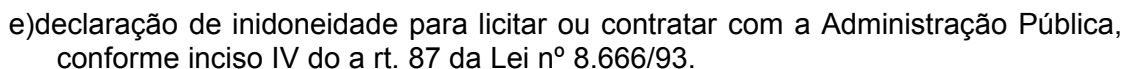
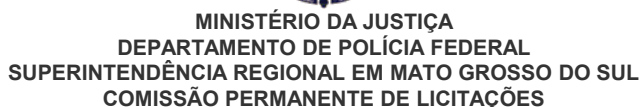
Parágrafo Terceiro – A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - Das Sanções - Pela inexecução total ou parcial, a Administração Pública garantida a prévia defesa, aplicará ao contratado as seguintes sanções.

Parágrafo Primeiro - Conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, e será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º, da sobredita Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida prévia defesa, rescindir o Contrato, caso a **CONTRATADA** venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI e XVIII da Lei nº 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa diária de 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre o valor anual do contrato em caso de atraso injustificado no cumprimento às obrigações contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso;
- c) pena de multa de 7% e 10% sobre o valor anual do contrato, em caso de inexecução parcial ou total, respectivamente, da obrigação contratual;
- d) suspensão de licitar e contratar com a Administração (conforme inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;



CLÁUSULA DÉCIMA – Da dotação orçamentária - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Departamento de Polícia Federal, para o exercício de 2011, cujos programas de trabalho e elemento de despesa específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Publicação - A publicação resumida deste Contrato, no Diário Oficial da União, será providenciada pela Contratante, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Da Fiscalização - Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, os serviços deste Contrato estão sujeitos a mais ampla, irrestrita e rigorosa Fiscalização pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA, a prestar todos os esclarecimentos necessários que lhe forem solicitados;

Parágrafo Primeiro – O Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, indicará um Fiscal do Contrato, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, conforme estabelece o artigo 6º do Decreto 2.271, de 07 de julho de 1997;

Parágrafo Segundo – A existência da Fiscalização por parte da CONTRATANTE, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação de serviços assumidos a serem executados:

Parágrafo Terceiro – À CONTRATADA cabe acatar as observações e decisões feitas pela Fiscalização, que serão formuladas por escrito em 02 (duas) vias e entregues mediante recibo, cabendo-lhe o direito de recurso ao Superintendente Regional do DPF em Mato Grosso do Sul, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

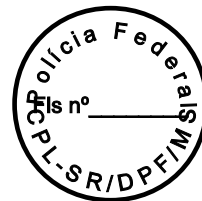
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do equilíbrio econômico-financeiro

Parágrafo Primeiro – A Contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

Parágrafo Segundo – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como: lista de preço de fabricante, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

Parágrafo Terceiro – Independentemente de solicitação a administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

Parágrafo Quarto – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Das Vinculações - O presente Contrato está vinculado aos termos e condições previstos no Pregão nº 04/2011, e na proposta datada de XX/XX/2011, apresentada na fase de Classificação da Licitação, os quais constituem parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Foro - Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato será competente o Juízo Federal em Mato Grosso do Sul, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de haverem entre si ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato que, depois de lido e analisado, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo qualificadas, em duas vias de igual teor e forma.

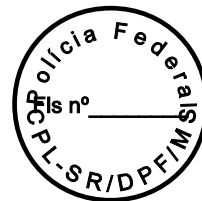
Campo Grande/MS, XX de xxxx 2011.

CONTRATANTE:

JOSE RITA MARTINS LARA
Superintendente Regional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



CONTRATADA:

Empresa:
CNPJ xxxxxxxxxxxx

TESTEMUNHAS:

a).....
CPF:

b).....
CPF: